

Por que ler e escrever são atos políticos? A literatura marginal periférica para além das representações

Jailton Farias da Silva¹

Resumo: Diante dos conflitos derivados da emergência de publicações atreladas ao qualificativo “marginal” e “periférico” na perspectiva literária procuraremos refletir sobre as implicações políticas das enunciações produzidas a partir desse encontro. Objetivamos registrar o deslocamento que a emergência desse fenômeno literário provoca no enunciado periferia e a subjetivação a ela atrelada. A questão que se coloca é como a literatura marginal periférica se constitui enquanto produção de saber? Quais as fissuras que esse saber insurgente produz no saber estabelecido sobre a periferia e a subjetivação a ela atrelada, o *sujeito periférico*? Pretende-se estabelecer uma perspectiva analítica que nos possibilite tratar os textos, em sua operação, como *acontecimentos* políticos e não como um *lôcus* de representação de disputas políticas que operariam em outro plano. Em outras palavras, situaremos a escrita e a leitura como agenciamentos que se conectam e articulam a outros agenciamentos possibilitando a criação de novos possíveis, assim como a acolmatação à modos de vida e valores estabelecidos.

92

Palavras-chave: Acontecimento. Literatura. Agenciamento. Periferia. Sujeito periférico.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pelo PEPGCSO (PUC-SP). E-mail: jailton.farias@yahoo.com.br

Abstract: Faced the conflicts arising from the emergence of publications linked to the “marginal” and “peripheral” qualification on the literary perspective, in this article, we reflect about the political implications of the enunciations produced from this context. Besides, we aim to record the displacement that the emergence of this literary phenomenon causes in the peripheral statement and the subjectivation linked to it. The question that arises is: how marginal peripheral literature is constituted as production of knowledge? Which are the fissures that this insurgent knowledge produces in the established knowledge on the periphery and the subjectivity attached to it: *the peripheral subject*? We intend to establish an analytical perspective that allows treating the texts, in their operation, as political *events* and not as a locus of representation of political disputes that would operate in another plane. In other words, we will situate writing and reading as agencies that connect and articulate to other agencies, allowing the creation of new ones, as well as the acceptance of established ways of life and values.

Keywords: Event. Literature. Agency. Periphery. Peripheral subject.

A escrita é um meio para uma vida mais do que pessoal, em vez de a vida ser um pobre segredo para uma escrita que não teria outro fim que não ela própria. Ab a miséria do imaginário e do simbólico, sendo o real sempre remetido para o amanhã.

Gilles Deleuze e Claire Parnet.

Uma experimentação e não um método²

Ao escrever, somos arrastados por forças que fazem fugir os estratos que nos formam enquanto sujeito, que nos localizam, nos dão segurança, ao mesmo tempo em que nos fazem temer o diferente de si e desejar o mesmo. Emudecer diante do livro, ser apanhado, ao ler, por experimentações que cortam as redes de significância, entrar em conexão com multiplicidades que fazem balançar nossas certezas mais sólidas, ser outro, ou melhor, nem ser mais: fazer alianças com personagens ou conceitos, de modo que nem o personagem nem o leitor são mais os mesmos, nem a estória (seja narrativa ou tese argumentativa) e nem sua vida são mais as mesmas. Ou então, ao escrever, colmatar inúmeras forças que nos atravessam, fazendo-as se associar com o mundo estabelecido, escrever como quem se justifica a outro: encontrar os sentidos das coisas e explicar as relações que estabelecem um dado fenômeno. Fazer do livro chave que abre nossas portas mais ocultas, ler como quem procura se encontrar: fazer dos personagens, ou dos conceitos, variações de si, espelhos que refletem o *eu* e os fenômenos sociais (mesmo que de forma destorcida). Até mesmo o que é divergente, o que escapa, o que não cabe na rede de significância serve de norte na leitura: a estória, ou história, ganha valor de exemplo. Eis dois modos distintos de *agenciamento* livro e leitor.

Um livro relaciona forças, faz funcionar inúmeras conexões e desajusta outras tantas. Nos termos de Deleuze e Guattari (2009) os livros são *agenciamentos*. Identificamos a operação da leitura também como um agenciamento. A montagem do agenciamento-leitor ao entrar em contato com o agenciamento-livro pode encaixar em suas engrenagens produzindo conexões, mas também abrir fissuras que podem reconfigurar ou desmontar o agenciamento em operação.

Procuraremos pensar alguns aspectos desses distintos agenciamentos leitor e livro, para que possamos estabelecer as estratégias analíticas que possibilitem explorar aspectos políticos da leitura e da escrita em sua operação,

² Fazer um mapa de Tebas em lugar de encenar Sófocles, fazer uma topografia dos obstáculos em lugar de combater o destino... (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p.63)

como *acontecimentos* políticos e não como um lócus de representação de disputas políticas que operariam em outro plano. Em outras palavras, pensaremos a escrita e a leitura como agenciamentos que se conectam e articulam a outros agenciamentos, possibilitando a criação de *mundos possíveis* (DELEUZE, 2009), bem como a associação (ou melhor, a acolmatação) a modos de vida e valores estabelecidos.

Nesse sentido, mais do que apresentar os resultados obtidos na pesquisa empreendida, iremos, mais adiante, demonstrar como se constitui a problematização que emergiu dessa pesquisa, sua pertinência e os procedimentos analíticos que a sustentam.

A noção de agenciamento, tal como forjado por Deleuze e Guattari, é fundamental para nossa experimentação, não como um conceito que nos ajudaria a explicar determinado fenômeno, mas sim, como procedimento analítico, operando de modo a fazer fugir certa imagem de pensamento que povoa o mundo, ao menos, desde Platão: a representação.³ Então, vejamos como funciona essa noção e como podemos lançar mão dela para nosso objetivo. Os filósofos identificam o agenciamento por uma tetravalência que ocorre em dois eixos:

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado ele é agenciamento *maquínico* de corpos, de ações e paixões, mistura de corpos reagindo um sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientando, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou *re-territorializados* que o estabilizam e de outra parte, picos de *desterritorialização* que o arrebatam (DELEUZE e GUATTARI, 2008a, p.29 -Grifos dos autores).

Temos nessa definição ao menos dois grandes movimentos que se destacam para essa perspectiva analítica. O primeiro movimento passa pelo eixo horizontal do agenciamento a partir da divisão entre *agenciamento maquínico de corpos* e *agenciamento coletivo de enunciação* possibilitando-nos relacionar o exercício da escrita e da leitura com a vida, sem fazer relação de dependência do tipo representacional. Em outras palavras, possibilita-nos tratar os textos não como

³ “(...) desde Platão, o pensamento povoou o mundo de representações. A representação propagou-se em toda parte, se estendeu sobre o mundo até conquistar o infinito. O mundo inteiro se transpôs para representação; e todos os seres que povoam são pensados de acordo com as exigências da representação” (LAPOUJADE, 2015, p. 47).

expressões que representam, descrevem ou atestam um conteúdo correspondente (um certo modo de vida) mas sim, pensar como se dão suas interferências mútuas. Deleuze e Guattari nos alertam para a independência entre *conteúdo* e *expressão*, sem com isso dizerem que não há relação entre eles, de modo que se as expressões não representam, descrevem ou atestam os conteúdos, elas intervêm neles “para antecipá-los, retrocedê-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou reuni-los, recortá-los de outro modo” (Ibid., p. 27). Há nessa operação por agenciamentos uma percepção da política no campo da linguagem e dos corpos, uma micropolítica. Ou seja, pensar como que a linguagem exerce poder sobre os corpos e não como ela expressa determinado regime de poder; pensar como certas organizações corpóreas propiciam, potencializam uns discursos e impedem o funcionamento de outros.

A noção de corpo a qual trata esses autores não se restringe aos corpos humanos, são misturas de afecções que se associam e se organizam em uma determinada configuração material, uma rocha, um homem, um grupo social, um livro. De sorte que um corpo não é uma unidade, a despeito de serem tratados por nomes próprios, trata-se de multiplicidade que se configuram ou reconfiguram dependendo da associação de forças que é *maquinada*. “Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas com seus acoplamentos e conexões. (...) Algo se produz: efeito de máquina e não metáforas” (DELEUZE e GUATTARI, 2010, p. 11).

Se o conteúdo refere-se a corpos, o expresso refere-se a *atos incorpóreos* que se exercem sobre os corpos. Segundo um exemplo dado pelos autores para esclarecer essas noções, “Em um sequestro de avião, a ameaça do bandido que aponta um revólver é evidentemente uma ação (...). Mas a transformação dos passageiros em reféns, e do corpo-avião em corpo-prisão, é uma transformação incorpórea instantânea” (DELEUZE e GUATTARI, 2008a, p. 19). Os enunciados ressoam em *atos incorpóreos*, ou *palavras de ordem* que se exercem sobre os corpos, no entanto não há um sujeito de enunciação. Um autor emite uma sentença, mas o enunciado que ela expressa depende de um complexo agenciamento, que inevitavelmente é uma operação coletiva, devido às operações que são feitas para efetuar o agenciamento.

Por um lado, o eixo horizontal do agenciamento nos permite identificar as transformações que os expressos dos enunciados têm sobre determinados corpos,

além de podermos identificar os agenciamentos coletivos que tornam enunciáveis os discursos. Por outro lado, acompanhando os *agenciamentos maquínicos* podemos identificar os regimes pragmáticos que afetam, produzem, misturam corpos e como essa mistura de corpos interfere em certo regime discursivo. Destarte, não nos restringiremos a pensar como um modo de vida direciona um discurso, ou como o discurso representa um modo de vida. Poderemos acompanhar na interferência mútua, dos regimes discursivos (regimes de signo) e dos regimes de corporeidade (sistemas pragmáticos), como se constitui um modo de vida específico.

No eixo vertical também encontramos elementos importantes para efetuação dessa perspectiva analítica. Ora, se o agenciamento opera por *lados territoriais* e *picos de desterritorialização* somos lembrados a todo instante da análise que não há sentido único possível, pois o agenciamento bascula entre esses dois vetores. A noção de territorialidade, também, nada tem de metafórica, trata-se de processos efetivos de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização*. Um agenciamento, tanto na sua dupla ponta que agencia maquinicamente os corpos ou o agenciamento coletivo de enunciação cria territórios que descodificam os estratos promovendo sua reorganização, dão determinada forma aos conteúdos (operando em sistemas pragmáticos) e às expressões (operando em regimes de signo), como, na outra ponta os *desterritorializam*, deslocam, produzem linhas de fuga. Trata-se do modo de distribuição do espaço, apropriação dos meios e conexão de heterogêneos.

O vetor de territorialização contém uma marca qualitativa que faz das forças intensivas, matérias expressivas. “Precisamente, há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos” (DELEUZE e GUATTARI, 2008b, p.121). Enquanto o vetor de *desterritorialização* remete a um plano de consistência ou consolidação, arrastando os elementos do agenciamento para o *fora*, conectando-o com outros agenciamentos, de modo a produzir novas territorialidades, *re-territorialização*, e outras combinações de forças. “A consolidação não se contenta em vir depois; ela é criadora. É que o começo não começa senão entre dois, *intermezzo*” (Ibid, p.141).

A noção de *intermezzo* é fundamental nessa perspectiva analítica. A análise do agenciamento implica em acompanhar as forças em movimento, não na busca de sua origem ou finalidade, mas *entre* os planos que elas constituem:

plano de organização na sua ponta mais territorializada e *plano de consistência* em sua ponta mais desterritorializada. Inúmeros planos, máquinas, agenciamentos se entrecruzando constituem uma multiplicidade de possíveis. Assim poderemos acessar aspectos virtuais da potência política de determinado acontecimento, que no caso é a produção da escrita e a prática da leitura. É importante frisar que *virtual* é um conceito que não se opõe ao real, mas sim à atualização numa dada realidade. Nessa direção Deleuze e Parnet (2004, p. 181) afirmam: “O real é o complemento ou o produto, o objecto da actualização, mas esta tem somente por sujeito o virtual. A actualização do virtual é a singularidade, enquanto o próprio real é a individualidade constituída”. De sorte que as práticas políticas são atualizações de possíveis e o caráter experimental dessa perspectiva analítica se dá pela tentativa de acompanhar a constituição de mundos possíveis.

O problema e não o objeto⁴

A pesquisa que empreendemos tem como tema a produção de saberes em torno do que se enuncia como periferias dos centros urbanos. Para tratar esse tema estamos trabalhando a relação entre a produção literária - que, por vezes, é denominada literatura marginal, literatura periférica, ou também, literatura marginal periférica - e a crítica literária acadêmica que as analisa, procurando identificar os processos de subjetivação e de categorização de tais escritores. Trata-se de considerar os conflitos derivados da articulação entre distintos regimes de saberes⁵ (o acadêmico e o não-acadêmico) e seus processos de agenciamento social

Essa variação nos termos utilizados para nomear tais produções literárias já anuncia certa disputa pelo sentido do fenômeno. Há um esforço de enquadrar uma multiplicidade de autores em um dos termos para além de vinculá-los a linhas de pensamentos, movimentos estéticos e tipo social. Esse procedimento funciona como associação de forças que busca direcionar tais potências criativas.

⁴ (...) podemos, antes de tudo, reduzir nossas pretensões e compreender que assim como não há contexto não há relação sujeito-objeto (cada qual assim instituído), de modo que nos resta falar de nossos encontros e afecções, buscando estrategicamente os nós mais relevantes para nossa problematização sem esperança de esgotar o ser ou nosso problema, limitando-nos a uma prática cartográfica. (COSTA, 2012, p. 64)

⁵ Tratamos por saber o conjunto de elementos que compõem uma prática discursiva em articulação com práticas não discursivas, conduzindo e ordenando a possibilidade de enunciação e dispondo o sujeito de enunciação conforme vão sendo estabelecidos modos de subjetivação que os permitem (ou induzem a) enunciar tal ou qual discurso (FOUCAULT, 2009; 2010; 2014).

Chamamos a atenção para essa variação terminológica a fim de justificar a escolha da utilização do termo literatura marginal periférica como estratégia analítica; haja vista que o termo a ser utilizado ao invés de privilegiar um dos adjetivos em detrimento do outro, os juntam na expressão. Desta feita, pretendemos fazer aparecer essa disputa e não dá-la por encerrada.

Uma vez que nosso problema de pesquisa se estabelece diante dos conflitos derivados da emergência de publicações atreladas ao qualificativo “marginal e periférico” na perspectiva literária, procuramos refletir sobre as implicações políticas das enunciações produzidas a partir desse encontro. Em outras palavras, como a literatura marginal periférica se constitui enquanto produção de saber? Acompanhando as fissuras que esse saber insurgente produz no saber estabelecido sobre a periferia e a subjetivação a ela atrelada: o *sujeito periférico*.

O intuito desse estudo não é discutir a validade ou não dos argumentos desses campos específicos (o literário e o acadêmico), mas a produção discursiva e seus efeitos de poder. Nesse sentido, precisamos superar uma leitura que identifica as periferias como espaços geográficos circunscritos ao redor de uma região central, desprovidos de articulações materiais e políticas, as quais se encontrariam nas regiões mais centralizadas, ou aquela que identifica a periferia como identidades coletivas que se constituiriam a partir de determinados discursos sobre a periferia. Diferentemente, propomos pensar quais as tecnologias de poder e modos de resistência atuam em determinadas espacialidades e quais são as condições de possibilidade dos discursos que são colocados em jogo.

Fazer fugir a representação e a causalidade, eis dois desafios que devemos enfrentar a fim de atingir nosso objetivo de pesquisa, uma vez que identificamos essas operações do pensamento como instrumentos de captura e modelação das potências criadoras. Essas operações do pensamento, enquanto força de captura, podem ser encontradas em diversas leituras da literatura marginal periférica, tendo em comum, a despeito de toda diversidade de posicionamento, o movimento de girarem em torno de um centro de significância: a leitura da falta.

É comum, em determinadas leituras, enquadrar essas produções em um tipo social: o sujeito periférico. E a leitura das obras segue girando em torno da condição de vida desse sujeito, sob as marcas das ausências que lhe são inscritas: ele não tem acesso, ou contato, com as obras clássicas; sua educação foi precária; passou ou passa por dificuldades, por ausência de recursos e não tem tempo para

se dedicar, pois precisa trabalhar. Poderíamos seguir indexando essa inscrição da falta por longo período, mas o que nos interessa é como essa falta ressoa nas leituras representacionais e causalísticas.

Um exemplo é quando Benito Rodriguez (2003) desenvolve o conceito de *mutirão da palavra* para tentar dar conta da polifonia do livro *Capão Pecado* escrito por Ferréz (2000), polifonia essa que seria expressa na profusão de elementos gráficos e paratextuais assinado por outras pessoas⁶. Atinemos para como esse autor atribui a obra de Ferréz um caráter coletivo e como esse coletivo seria uma estratégia de superar certas ausências de recursos e forma de produzir autorrepresentação.

Nesse sentido, o livro é menos um empreendimento estético de corte autoral, nos quadros da cultura letrada, do que uma espécie de oportunidade para construir, com os meios disponíveis e habilidades disponíveis na comunidade, uma obra que possa oferecer um espaço de reelaboração - em muitos casos de constituição primeira- de contra-imagens dos sujeitos e de suas formas de relação e discurso, com respeito às suas representações típicas (...) (RODRIGUES, 2003, p. 58).

O autor utiliza o conceito de mutirão seguindo o sentido dado ao termo pelo urbanista Paulo Casé, segundo o qual o mutirão aparece como forma privilegiada de construção nas favelas, devido os poucos recursos dos ocupantes desses espaços. Observemos como a condição de vida torna-se causa, por consequência elemento explicativo, da forma estética da obra e de seu conteúdo, na medida em que: se as casas dos favelados são construídas, mesmo que não na totalidade, mas ao menos em partes, em regime de mutirão, também a literatura produzida por esses sujeitos poderia seguir o mesmo princípio. Não pretendemos aqui fazer uma crítica a leitura de Rodrigues, mas sim mostrar esse agenciamento leitor em operação, e como nessa leitura parte do contexto (como algo dado) para investigar forma e conteúdo da obra literária a fim de identificar a intencionalidade dos escritores.

⁶ O conceito *mutirão da palavra* não se restringe a uma análise da obra citada, Rodrigues amplia o alcance desse conceito para pensar as publicações oriundas dos cadernos especiais da revista Caros Amigos/Literatura marginal: a cultura da periferia, procurando dar conta do fenômeno literário que emerge naquele momento.

A literatura marginal periférica como acontecimento⁷

Ao nos colocarmos *entre* a literatura e a vida, o literato e o acadêmico, o constituído, estabelecido, e o porvir, e, por que não dizer, *entre* o central e o periférico, procuraremos cartografar as forças. Detenhamo-nos, por hora, em alguns aspectos do *agenciamento literatura marginal periférica* através de um fragmento do texto, *Terrorismo literário*, escrito que abre a antologia *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*, lançado em 2005. Tanto esse texto quanto a organização do livro foram feitos por Ferréz. Os textos que compõem essa coletânea foram selecionados dos três volumes especiais da revista Caros Amigos intitulados *Literatura Marginal - A Cultura da Periferia - Atos I, II e III*, lançados em 2001, 2002 e 2004 respectivamente. O texto do qual analisaremos um fragmento se compõe de partes da seleção dos editoriais, também escritos por Ferréz, que foi o organizador dos referidos números da revista.

Identificamos a composição dessas revistas e a posterior publicação do referido livro como atualização de um *acontecimento*, no sentido dado por Deleuze e Guattari a esse termo. Segundo os autores, uma “transmutação (...) uma mudança de vontade (...) que quer agora não exatamente o que acontece, mas alguma coisa *no* que acontece (...). O brilho esplendor, o acontecimento, é o sentido. O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera” (DELEUZE e GUATTARI, 2009, p. 152, grifo dos autores). Um determinado deslocamento que não deixa nada igual ao modo atual que o antecede, mudança no estado de coisas, *transformação incorporal* que opera num plano impessoal e pré-individual, produzindo singularidades, por isso mesmo, coletivo.

Sendo assim, quando Ferréz escreve:

Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca!

Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve.

Quem inventou o barato não separou entre boa/feita com caneta de ouro e literatura ruim/escrita com carvão, a regra é só uma, mostrar as caras. Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos

⁷ (...) as palavras “guerreiros” e “guerreiras” a cada dia ganhava mais força e a gente que não havia inventado a poesia, estava inventando um novo jeito de amar a literatura, o nosso jeito. E a gente que não tinha inventado a paz, estava querendo guerra. E a gente que não tinha inventado o revólver que mata a nossa gente também inventou um novo tipo de arma, a caneta. (VAZ, 2008, p. 114 - 115).

nós mesmos nossa foto.

A própria linguagem margeando e não os da margem, marginalizando e não os marginalizados, rocha na areia do capitalismo (FERRÉZ, 2005, p. 9)

Ele está efetuando o *acontecimento* literatura marginal periférica, ou melhor, atualizando uma potência. Essa literatura como *acontecimento* é uma tomada ou uma ocupação do *espaço literário* que faz tremer o estabelecido. Trata-se da reorganização do *espaço*, da constituição de uma territorialidade e não apenas a representação de uma disputa de classe ou de raça.

Se limitarmos nossa análise à representação, ou seja, a *re-apresentação* das coisas, nos limitamos ao estabelecido, às formas colmatadas, em apenas um aspecto do agenciamento a sua ponta já formatada de um sujeito constituído. Nesse caso, identificaríamos nesse discurso uma tomada de voz de um sujeito excluído, o pobre e/ou negro lutando para se fazer ouvir, para re-apresentar ele mesmo suas histórias. Desta feita, tomaríamos o negro, o pobre e o excluído como sujeito de enunciação, de modo que tal fenômeno literário apresentaria caráter político (entendendo política como disputa de interesses), uma vez que o sujeito de enunciação faz presente seus interesses através da literatura.

O problema nessa leitura, ou seja, na preponderância desses aspectos políticos dessa literatura, é que ela se dá exclusivamente no campo dos estratos sociais configurados e dos valores vigentes. Além de alijar o sentido artístico dessas obras, na medida em que, ao tomar o ficcional por representação do real lhe nega o caráter de invenção. Perdemos toda potência de criação (tanto política, quanto artística) que o *acontecimento* provoca e toda singularidade do acontecido⁸.

Muitos autores pretos e/ou pobres e excluídos já escreviam muito antes da constituição da revista, *Literatura marginal - A cultura da periferia*. Pensemos

⁸ Tomamos a concepção de arte e de política que empregamos aqui de Nietzsche, para o qual “Os artistas não comunicam necessidades, por isso não falam a língua do rebanho, não pretendem a verdade, mas são inventores e dissipadores. Sua linguagem é a do desperdício que se deixa atravessar pela vida” como demonstra Tótoro (2008, p. 140). Vinculada desse modo a arte à vida, o seu produzir é inseparável da política: “a grande política é fluxo/quanta, quantidade intensiva. Seu modo de atuar é pura invenção, porque a grande política, como vontade de potência só existe em ato”(ibid. 2008, 143).

em Lima Barreto (1881 a 1922)⁹ e Carolina Maria de Jesus (1914 a 1977)¹⁰ para citar apenas dois autores que englobam as características levantadas, constituinte desse sujeito de enunciação, *quicá* outras características que poderíamos explorar, a saber: a relação com o consumo de bebida alcoólica que levou Lima Barreto a ser internado em hospital psiquiátrico, com diagnóstico de alcoólatra, e a condição de ser uma mulher de Carolina Maria de Jesus. O próprio Ferréz¹¹ e muitos dos autores, que publicaram nesses volumes especiais da revista *Caros Amigos*, já escreviam antes dessas publicações. O que há de singular nessas publicações que atrelam os adjetivos marginal e periférico ao termo literatura? O que há nessas publicações que expressam um *acontecimento*, “uma mudança de vontade (...) que quer agora não exatamente o que acontece, mas alguma coisa *no* que acontece”? (DELEUZE e GUATTARI, 2009, p. 152, grifo dos autores). O que faz dessas publicações uma potência política?

O que faz da literatura marginal periférica um *acontecimento* não é a publicação dessas revistas ou os diversos livros publicados posteriormente, atrelados de alguma forma a esse signo, e que não param de se multiplicar (o acontecido) ou mesmo os desdobramentos posteriores dessas publicações: a disputa por atribuir sentido ao fenômeno, ou ainda os efeitos políticos que tais obras possam gerar.

Para melhor entendermos a noção de *acontecimento* e suas implicações sociais e analíticas, podemos, em caráter explicativo e não comparativo, pensar outro *acontecimento*. Por exemplo, quando Foucault analisa a resposta que Kant deu a pergunta: o que são as luzes? E o tipo de valor significativo que o filósofo alemão atribuía à Revolução Francesa, isso pode nos ajudar a definir o que faz da literatura marginal periférica um *acontecimento*.

Ao passo que o filósofo francês vai dizer que a *Aufklärung* (as luzes, ou iluminismo) é a primeira época a nomear a si mesma, e o tratamento de Kant à pergunta (o que são as luzes?) faz a filosofia:

⁹ Tanto o pai quanto a mãe de Lima Barreto eram filhos de escravos. O escritor ficou órfão de mãe logo cedo (aos seis anos) e teve que largar os estudos para trabalhar e sustentar os três irmãos após afastamento do pai no trabalho por questões psicológicas. (BARBOSA, 1988)

¹⁰ Negra, mãe solteira de quatro filhos, catava papelão para sustentar sua família até a publicação de seu primeiro livro, *Quatro de despejo* lançado em 1960. (CASTRO e MACHADO, 2007)

¹¹ Seu primeiro livro foi *Fortaleza da desilusão*, lançado em 1997.

(...)se tornar a superfície de emergência da sua própria atualidade discursiva, atualidade que ela interroga como acontecimento, como um acontecimento do qual ela tem de dizer o sentido, o valor, a singularidade filosófica (...) com isso, vê-se que a prática filosófica, ou antes, que o filósofo, ao fazer seu discurso filosófico, não pode evitar de colocar a questão do seu pertencimento (FOUCAULT, 2013, p.14).

Ou seja, para Foucault, Kant anuncia a filosofia como acontecimento porque ela se torna uma prática expressiva que se exerce sobre o próprio enunciador, um modo de constituição de si. Pensamos que, de alguma forma, o deslocamento que a literatura marginal periférica produz e que faria dela um acontecimento, é da mesma ordem. A afirmação de Ferréz (2005, p. 9), “Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos nossa foto” que é a tônica nessa literatura, mais do que contar a própria história, abre caminho para certa constituição de si, por afrontar um modo de sujeição que lhe é imposto. Atentemos para a sequência: “A própria linguagem margeando e não os da margem, marginalizando e não os marginalizados, rocha na areia do capitalismo” (Ibid.). Nessa operação, aquele identificado como sujeito marginal é desterritorializado, rasgado nas marcas da tinta sobre o papel. Quem passa a margem agora é a própria linguagem, a ordem constituída. Com isso não pretendemos dizer que essa experiência literária é efetivamente um processo de constituição de si, mas antes que ela abre *para*; é a potência *de*. Por isso pensamos a literatura marginal periférica como acontecimento, um *virtual* que é real, mas não atual. Sua atualização depende de um complexo de agenciamentos.

Outro ponto, ainda da leitura de Foucault sobre Kant, pode nos ajudar a entender essa questão da efetividade no sentido do acontecido não implicar necessariamente no sentido do acontecimento. Trata-se de Kant identificar a Revolução Francesa como um signo do progresso, independente das transformações efetivas dessa revolução.

O importante na Revolução, portanto, não é a própria Revolução, que de todo modo, é um desperdício, mas o que acontece na cabeça dos que não fazem a revolução, ou em todo caso não são seus atores principais. (...) O significativo é o entusiasmo pela Revolução. (FOUCAULT, 2013, p.19)

O que faz da Revolução um acontecimento é algo muito mais silencioso, é a transformação que ela provoca nas pessoas, é isso que Kant identificou

como entusiasmo. Sem querer comparar a literatura marginal periférica com a Revolução Francesa, mas sim elucidar certa característica do *acontecimento*, qual seja, seu modo de operação silenciosa, que, por vezes, passa imperceptível entre o barulho e turbulência do acontecido. Ou, como diria Deleuze (2009, p. 152), “O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera”.

Nesse sentido, o que faz da literatura marginal periférica um *acontecimento* não é o barulho das repercussões, tão pouco o estrondar das recitações apaixonadas nos saraus, mas antes uma mudança silenciosa de perspectiva, que sem necessariamente mudar algo no estado atual das coisas, nada mais pode ser visto ou sentido da mesma forma. Nada mais pode ser o mesmo. Eis a potência política que pretendemos fazer aparecer em nossa pesquisa. Como nem a literatura nem a periferia podem ser as mesmas para os corpos afetados por essa relação.

Não se pode perder de vista que a literatura está em relação com toda uma constituição de saberes e de poderes que estabelece territórios próprios (agenciamentos, como a crítica literária) e se articulam com outros ordenamentos, o aparelho de Estado e a máquina capitalista. Diante disso, pensar como essa literatura, feita nos becos e vielas, conecta-se a agenciamentos experienciais que atravessam livros, que por sua vez arrastam escritores e leitores para zonas não formatadas de pura intensidade e matéria-força.

Referências

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. **Muito bem, Carolina!** Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007.

COSTA, Luis Artur. "Contextualizar" In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. do.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Trad.: Luiz R. Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad.: José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

_____. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Trad.: Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 2. Trad.: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2008a.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. Trad.: Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2008b.

_____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Kafka: por uma literatura menor**. Trad.: Cíntia Vieira Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FERRÉZ (org) .**Literatura marginal: a cultura da periferia – Ato I**. Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. (org). **Literatura marginal: a cultura da periferia – Ato II**. Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

_____. (org). **Literatura marginal: a cultura da periferia – Ato III**. Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

_____. (org). **Literatura marginal: talentos da escrita periférica**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____. **Fortaleza da desilusão**. São Paulo: Edição Independente, 1997.

_____. **Capão Pecado**. 2 ed. São Paulo: Labortexto, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A ordem do discurso**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **O governo de si e dos outro: curso no Collège de France (1982-1983)**. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Trad.: Maria Tereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Trad.: Laymert Garcia Santos. São Paulo: n-1 Edições, 2015.

RODRIGUEZ, Benito Martinez. “Mutirões da palavra: literatura e vida comunitária nas periferias urbanas”. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. Brasília, nº 22, p. 47-61, 2003.

TÓTORA, Silvana. “Vontade de potência: a grande política. Arte e política em Nietzsche – apontamentos de um estudo inicial”. **Revista Aurora**. São Paulo nº 2, 2008. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/6364/4666>.

VAZ, S. **Cooperifa: antropofagia periférica**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.